

OÍKOS, ÁGORA E EKKLESÍA: UMA INTRODUÇÃO ÀS FRONTEIRAS, PONTES E “ÁREAS DE SOMBRA” DE UM ESPAÇO OCUPADO POR SEM-TETO (OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS – RIO DE JANEIRO)¹

RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA

Mestrando em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafaelalmeida08@gmail.com

MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

Mestrando em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MARIANNA FERNANDES MOREIRA

Mestranda em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro tem realizado ocupações na área central da cidade e organizado a gestão dos seus espaços a partir de uma estrutura formal fortemente horizontalizada (ou seja, com reduzidíssimos traços de hierarquia), na qual os espaços deliberativos são abertos à participação de todos os moradores.

¹ Este artigo foi elaborado nos marcos do projeto CNPq (2007 – 2010) “Territórios dissidentes: Precarização socioeconômica, movimentos sociais e práticas espaciais insurgentes nas cidades do capitalismo (semi)periférico”, coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza, docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) da mesma universidade. Aproveitamos para agradecer-lhe pela orientação, pelo apoio e pela disposição com que nos tem auxiliado nas atividades de pesquisa. Agradecemos também a Eduardo Tomazine Teixeira pelo constante intercâmbio de ideias e pela revisão do texto e a Ângela Moraes Sant’Ana pelo carinho, pelas fotos e por cada dia de convívio que nos inspira a continuarmos lado a lado nessa luta.

Considerando que as relações sociais (que são expressão e instrumento de poder) são, necessariamente, especializadas, entendemos que a dinâmica de um espaço autogerido apresentará características próprias em contraposição à dinâmica de um espaço heterogerido. Essa dimensão espacial, entendida tanto como substrato espacial, quanto como condicionamento exercido pelos recortes territoriais e pelas fronteiras sobre as relações de poder, tem contribuído para a construção de novas relações sociais pautadas por significações imaginárias sociais distintas das atuais. Neste sentido, buscaremos elucidar elementos da organização espacial interna da ocupação Quilombo das Guerreiras e contribuir com reflexões a respeito de ocupações semelhantes encontradas na área central da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão. Espaço urbano. Movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro.

OÍKOS, ÁGORA AND EKKLESÍA: AN INTRODUCTION TO THE “FRONTIERS”, “BRIDGES” AND “SHADOW AREAS” OF A SPACE OCCUPIED BY LOW-INCOME SQUATTERS (OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS – RIO DE JANEIRO)

ABSTRACT

The *sem-teto* movement in Rio de Janeiro has carried out “*ocupações*” (*sem-teto* settlements) in the central area of the city and organized the management of their small territories through a highly horizontal structure (with very little traces of hierarchy) in which the deliberative spaces are open to the participation of all the dwellers. Considering that social relations (which are means and expression of power) are spatialised, we understand that the dynamics of a self-managed space will present its own characteristics, different from the characteristics of a heteronomous space. This spatial dimension, understood as both the material space and territoriality (i.e. spatial projections of power) has contributed to the construction of new social relations guided by social imaginary significations different from those which are dominant today. In this sense, this paper intends to elucidate elements of the internal spatial organization of the “*ocupação*” “*Quilombo das Guerreiras*” and contribute to the reflections on similar “*ocupações*” which exist in the central area of Rio de Janeiro city.

KEY WORDS: Self-management. Urban Space. *Sem-teto* movement. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O centro da cidade do Rio de Janeiro possui uma história cuja amplitude temática e cronológica se confunde com processos das mais variadas escalas da realidade (do Brasil ou da própria cidade), sejam eles de caráter principalmente social, cultural, espacial, econômico ou político (ainda que, no mais das vezes, estejam todos presentes e imbricados). A predominância das atividades nele encontradas já transitou em várias searas, desde sua característica fortemente residencial (em sua época imperial, por exemplo) até seu papel atual de relevante centro financeiro e comercial da cidade. Sem nunca deixar de desempenhar as funções administrativas das variadas escalas de governo que já tiveram no Rio de Janeiro seu *locus* de administração, gestão e planejamento, no auge das atividades portuárias da cidade, uma grande extensão de sua área foi definida para desempenhar funções puramente voltadas ao comércio marítimo. O enfraquecimento dessas atividades uniu-se com a descentralização política ocorrida na segunda metade do século XX e com o crescimento econômico de outras áreas urbanas do país, culminando em um grande índice de imóveis não somente subutilizados, mas completamente ociosos e abandonados. Ainda assim, a região central do Rio de Janeiro passou por intensas intervenções urbanísticas, que terminaram não somente modificando as formas espaciais presentes no centro da cidade mas, também, consolidando e reforçando a correlação de forças políticas existente. Exemplos disso foram não somente as grandes desapropriações (e consequentes pagamentos das indenizações correspondentes) de imóveis das principais ordens religiosas da época (FRIDMAN, 1999), como também a série de ações que terminou por desmontar grande parte das moradias de baixa renda que tinham espaço em antigos casarios do centro da cidade – os famosos “cortiços”, de onde muitos saíram para adensar a ocupação dos morros da região central (ABREU, 1988). Constituiu-se, dessa forma, em uma reurbanização com fortes temperos elitistas, resultado de uma tentativa de gentrificação do espaço considerado.

Relacionar os processos de “urbanização”² com a exclusão de parcelas da população de áreas determinadas da cidade é, há de se reconhecer, já bastante

² Usa-se aqui o termo urbanização entre aspas para enfatizar que, da forma como foi concebida na esteira, por exemplo, da Reforma Passos no Rio de Janeiro do começo do século XX (e, diga-se de passagem, que segue sendo concebida em sua ampla maioria das vezes na atualidade), o processo não diz respeito à gama toda de aspectos relacionados à urbanidade, mas especialmente às modificações da dimensão do substrato espacial material de parte da urbe (ainda que envolva diversos aspectos sociopolíticos, cuja consideração é fundamental para elucidar o ocorrido).

frequente. No caso das grandes cidades brasileiras (apesar de não somente neste país tais situações serem encontradas), esses processos vêm sendo acompanhados pela ociosidade de inúmeros imóveis que, se por um lado não possuem mais as funções que lhes eram características anteriormente, tampouco passam por um processo de refuncionalização efetiva. Para além de uma “desfuncionalização”, é ainda mais risível a importância que se tem dado a tais imóveis quando se diz respeito à resolução do déficit habitacional brasileiro. Enquanto inúmeros imóveis permanecem completamente inutilizados (e diversas vezes literalmente entregues às intempéries), o número de habitações necessárias para suprir a falta de moradias segue crescente. Situação já antiga, diga-se de passagem, pois, em meados da década de 1960, quando o ideário da reforma urbana ainda engatinhava, a preocupação com a ênfase na importância das discussões relativas à questão habitacional já era percebida³. Tal questão assumiu ainda maior relevância nos debates que ressurgiram após os momentos mais rígidos do regime militar ditatorial que governou o Brasil, notadamente durante a década de 1980, tendo por elemento catalisador as discussões ao redor da elaboração da nova Constituição. As demandas de tal ideário, porém, foram reduzidas a somente dois artigos da Constituição Federal (Art. 182 e 183), e, em 2001, a promulgação da Lei 10.257 (autodenominada Estatuto da Cidade) trouxe a regulamentação de questões já previstas nos referidos artigos da Constituição, enfatizando ainda, em diversas passagens, a imprescindibilidade da participação popular direta na elaboração das políticas públicas de planejamento e gestão das cidades⁴.

Um instrumento jurídico como o Estatuto da Cidade, porém, não pode ser responsabilizado exclusivamente por tal ênfase. A mobilização popular cumpriu (e segue cumprindo) papel fundamental e insubstituível quando se trata de explicitar demandas e propor alternativas ao Estado a respeito de políticas públicas coerentes com as necessidades populares. Exemplos marcantes vieram à tona no decorrer também da década de 1980 e início da década de 1990 com os ativismos de bairro, notadamente os centros e associações comunitárias. No entanto, os movimentos sociais urbanos têm também colocado em prática alternativas concretas na busca de solucionar tais demandas e necessidades, apesar do aparato estatal e de seus limites de ação (SOUZA, 2006b). Um dos

³ Cf. Souza (2006a, p. 213 et seq).

⁴ Cf. Souza (2006a, p. 218 et seq).

exemplos contemporâneos mais explícitos tem sido aquele vinculado ao movimento dos sem-teto.

A forma de manifestação das organizações do movimento dos sem-teto se baseia principalmente na ação direta sobre imóveis há tempo ociosos, não utilizados e abandonados. Algumas organizações têm seu foco em terrenos, enquanto outras atuam sobre prédios. As áreas nas quais os imóveis almejados se encontram também variam de acordo com as definições das organizações, podendo ser encontrados tanto nas franjas periurbanas quanto no centro de algumas cidades. Após a ocupação, melhoramentos são realizados nos imóveis visando a comportar funções residenciais, culturais e produtivas (atividades de geração de emprego e renda). A população envolvida em tais práticas espaciais é majoritariamente proveniente de áreas pouco servidas pelos serviços públicos essenciais (como fornecimento de água, esgoto e serviços sanitários básicos, segurança e transporte), bem como de locais fortemente territorializados por traficantes de drogas que operam no varejo. Essas características terminam por reduzir tanto a expectativa de conquista de uma estabilidade socioeconômica, quanto as margens de manobra para organização e para a atividade política. As ocupações do movimento terminam, portanto, por cumprir ao menos uma dupla função: a construção de uma alternativa de moradia (e outras atividades culturais e econômicas) apesar do Estado, e a instauração de um espaço de debates plural distante da maioria das limitações frequentemente encontradas nos antigos locais de moradia.

É no contexto desse movimento social que a ocupação Quilombo das Guerreiras, foco do presente trabalho, é gestada. Localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, parte da antiga região portuária, a ocupação possui mais de dois anos de existência. Fruto de um processo de organização prévio de muitos meses, vivem atualmente no imóvel cerca de 40 famílias distribuídas nos quatro andares do imóvel (de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro) até então desocupado há mais de uma década. Por sua vez, sua organização política interna possui características próprias. Sua instância máxima de discussão e deliberação são as assembleias de moradores. O "coletivo" (denominação de tal instância) é o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade dos moradores. Nele, todos os moradores possuem formalmente o direito à voz. Já os votos são distribuídos de acordo com as famílias (sendo um voto para cada uma). Por essa instância, são passados todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes

sociopolítico-espaciais dos moradores da ocupação, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno). Os moradores, dessa forma, reivindicam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não hierarquizadas, aproximando-se das práticas sociopolítico-espaciais de ao menos outras três ocupações também localizadas na região central da capital carioca: a ocupação Chiquinha Gonzaga (2004), a Zumbi dos Palmares (2005) e a Machado de Assis (2008).

O presente trabalho terá sua atenção voltada para as práticas espaciais “nanoterritoriais” (SOUZA, 2006a, p. 317-318), enfatizadas por ser nesta escala onde

as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta (SOUZA, 2006a, p. 317).

A dinâmica nanoterritorial da ocupação, e de maneira mais relevada para este trabalho a sua organização espacial interna têm extrema importância tanto para sua manutenção quanto para seu projeto e sua estratégia política. Tal afirmação se baseia na importância para a instituição de qualquer sociedade que a dimensão espacial toma, tanto entendida enquanto substrato material (sua materialidade concreta) quanto por suas práticas políticas e afetivas espacialmente referenciadas e referenciáveis.

Entendendo a prática espacial das organizações do movimento dos sem-teto como uma atividade preche de diversas intenções de construção de novas relações sociais (pautadas por “significações imaginárias sociais”⁵ distintas das atuais), e reconhecendo a importância da compreensão de sua espacialidade para uma melhor apreensão de suas características, buscaremos neste trabalho elucidar elementos da organização espacial interna da ocupação Quilombo das Guerreiras, visando, adicionalmente, a contribuir com reflexões a respeito de ocupações de sem-teto semelhantes encontradas na área central da cidade do Rio de Janeiro. Faz-se mister, no entanto, ressaltar que as categorias espaciais que serão utilizadas para tal tarefa são fruto de uma racionalização por nós operada a partir dos dados e das informações

⁵ Ver, sobre a ideia de “significações imaginárias sociais”, Castoriadis (2007, p. 385 et seq).

coletados em campo. Portanto, não se referem à terminologia aplicada pelos próprios moradores em seu cotidiano. Essa ressalva é importante para que não se confundam as observações feitas aqui com as categorias do cotidiano dos indivíduos.

Para isso, serão utilizadas estratégias de pesquisa vinculadas à pesquisa participante – aproveitando a inserção dos autores na ocupação considerada, fruto de uma extensa e intensa colaboração dos mesmos com o movimento social em tela. Essa metodologia foi adotada por facilitar o contato com informações obtidas diretamente dos atores envolvidos na definição da organização espacial interna da ocupação considerada. Como instrumental metodológico, portanto, a observação participante e entrevistas informais com e sem diretriz foram realizadas. Realizou-se também a coleta de dados primários a partir de saída de campo específica com o objetivo de elaborar croquis (de caráter exploratório) de dois dos andares da ocupação considerada, selecionados por possuírem espaços caracterizados por diferentes usos e funções – dessa forma entendidos como fontes de dados importantes para que se possam apresentar elementos para uma reflexão introdutória a respeito da questão levantada.

UM MOSAICO DE PEÇAS ENEVOADAS: ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ESPAÇOS DA OCUPAÇÃO

Teixeira e Grandi (2008), em seu estudo sobre o agir comunicativo e sua espacialidade na ocupação Chiquinha Gonzaga, diferenciaram os espaços da ocupação em três categorias: espaços privados (apartamentos de cada família); espaços coletivos (destinados para diversas funções como assembleias, eventos culturais e festivos, produção e geração de renda e portaria); e espaços de uso comum (banheiros de corredor e corredores).

No presente trabalho, pretendemos aprofundar a análise em relação às diferentes utilizações dos espaços coletivos e à sua micropolítica, e abordaremos os espaços da Ocupação Quilombo das Guerreiras que, como já explicitado, possuem características similares à ocupação estudada por Teixeira e Grandi. Entretanto, proporemos uma outra divisão dos espaços da ocupação de sem-teto, na qual os espaços de uso comum integram a categoria de espaços coletivos. Faz-se mister ressaltar que as divisões e categorizações não têm como objetivo propor modelos, mas serão utilizadas somente para facilitar a elucidação dos papéis desempenhados pela espacialidade na organização e na prática política da ocupação em tela. Além disso, as características utilizadas para cada categoria não se restringem

exclusivamente às categorias correspondentes. Muitas dessas características estão presentes de maneira concomitante em vários ou mesmo todos os espaços da ocupação, em maior ou menor grau. As fronteiras nem sempre são claras e as relações sociais e de poder observadas são complexas e não cessam inteiramente ao atravessar de um espaço para outro. Existem zonas de transição ou áreas de sombra e de contato entre os espaços. Assim, apesar de identificáveis, é impossível delimitar com precisão onde termina um desses espaços e começa o outro. Todos os espaços têm aspectos que perpassam essas divisões e que são importantes para a construção desse todo, costurando a teia de relações sociais existentes dentro da ocupação. Entretanto, os moradores da ocupação estudada, ao colocar em prática seu modelo de (auto)gestão política, agem de forma a adequar (em certa medida conscientemente) a organização espacial interna a este modelo. Feita a ressalva, iniciaremos a exposição dos diferentes espaços da ocupação com uma primeira e evidente divisão: os espaços coletivos e os espaços privados.

Primeiramente, vale resgatar a observação feita por Teixeira e Grandi (2008) sobre a diferença entre espaços públicos e espaços coletivos. Os espaços coletivos da ocupação não são públicos, pois não possuem acesso irrestrito a qualquer cidadão e conformam um espaço de moradia sob a gestão de seus moradores. Mesmo assim, ao contrário do que sugeriu Gomes (2001), os espaços coletivos não são, necessariamente, espaços apropriados e controlados por um grupo que exerce seu domínio ao alimentar as diferenças deste em relação a outros grupos (GOMES, 2001, p. 285). No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras (como no caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, enfocada pelo trabalho recém citado de 2008), os espaços coletivos, devido ao caráter político fortemente horizontal da mesma, são espaços democráticos regidos por normas explicitadas e acordadas coletivamente.

No decorrer deste trabalho iremos nos focar em um estudo mais aprofundado dos espaços coletivos que serão divididos em cinco categorias possuidoras de funções diversas e características próprias. Entretanto, antes disso, vale ressaltar alguns aspectos dos espaços privados da ocupação, suas características e seu papel na organização política da ocupação.

A relação entre os espaços privados da ocupação estudada e seus moradores não corresponde, obviamente, a uma relação de propriedade, mas sim de posse – e, além do mais, de uma posse cuja manutenção é condicionada a claros requisitos. O ocupante não pode vender ou alugar a sua unidade de moradia, pois ela pertence ao coletivo de moradores. Os espaços privados, portanto, não

são completamente imunes às intervenções do coletivo – se raramente de maneira direta, tais intervenções podem acabar ocorrendo de forma indireta por meio das redes de relações informais intersubjetivas que se estabelecem entre os moradores, especialmente nos espaços informais de uso comum. Castoriadis (2002), referindo-se à esfera privada grega, o *oïkos*, afirma que este é um “campo no qual formalmente, e em princípio, o poder não pode nem deve intervir” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Contudo, ele mesmo adverte que isso não pode e não deve ser tomado em sentido absoluto, pois a liberdade deve ser também protegida no lar. Assim, “a lei penal proíbe atingir a vida ou a integridade corporal dos membros da família, e a instrução das crianças é obrigatória até mesmo nos governos mais conservadores” (CASTORIADIS, 2002, p. 265).

Os espaços privados possuem, também, um papel político importante para o funcionamento da ocupação e de sua (auto)gestão. Em primeiro lugar, constituem a razão primeira da luta dos sem-teto – o de conquistar um espaço próprio para servir de moradia para cada indivíduo e, sendo o caso, para sua família. Dessa forma, a obtenção de uma moradia representa a possibilidade de melhor atender a suas necessidades urgentes e garantir um espaço seguro onde a privacidade da família seja respeitada. São nesses espaços que os moradores passam a maior parte do tempo quando não estão trabalhando. Entretanto, muitos moradores reconhecem que, para o fortalecimento do coletivo de moradores e a viabilização de uma ocupação autogerida, é necessário vivenciar e compartilhar os espaços coletivos, pois é neles que se estabelecem os vínculos sociais e afetivos tão importantes para que se almeje contemplar alguns pressupostos importantes para os processos de busca por um entendimento mútuo⁶ entre os moradores. É neles também que o morador exerce seu poder instituinte e onde pode, inclusive, questionar explicitamente a sociedade instituída. Assim, esti-

⁶ A busca por um entendimento mútuo apontada no trabalho tem por pano de fundo as reflexões do filósofo alemão Jürgen Habermas. Para ele, além de uma racionalidade instrumental (pautada na obtenção do sucesso em atingir seus próprios fins), uma racionalidade comunicativa media as relações entre os indivíduos. Diferentemente do que se manifesta atualmente (quando a razão instrumental é hegemônica e as relações se estabelecem principalmente a partir do que o autor chama de “cálculos de ganho egocêntricos” [HABERMAS, 2003, p. 165]), uma sociedade verdadeiramente democrática exigiria o primado da razão comunicativa. Para que isto ocorresse, um dos pressupostos apontados pelo autor é o compartilhamento do que ele chama de mundo da vida (aspecto composto por três dimensões: o mundo da vida social, objetivo e subjetivo). Teixeira e Grandi (2008, p. 2-3) salientam que é imprescindível também o estabelecimento de especialidades que possibilitem, propiciem e estimulem tais tipos de relações.

mular o compartilhamento cotidiano dos espaços coletivos da ocupação, em oposição ao isolamento do indivíduo em seu espaço privado, é um desafio para a prática política horizontal da ocupação estudada. Desafio este que enfrenta a influência sempre presente de comportamentos e significações do imaginário capitalista que, ao primarem pelo individualismo e pelas interações pautadas pela busca do sucesso, supervalorizam os espaços privados em detrimento dos espaços públicos (ou, no caso em questão, os espaços coletivos).

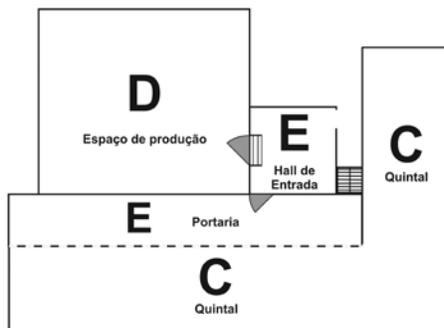
Assim, para compreender melhor a dinâmica política dos espaços coletivos e seu papel na viabilização da (auto)gestão da ocupação estudada, dividimos esses espaços em cinco categorias: espaços formais deliberativos, espaços formais não deliberativos, espaços informais de uso comum, espaços de produção e geração de renda e áreas de segurança (Fig. 1).

Espaços formais deliberativos – Espaço destinado às assembleias gerais da ocupação (Fig. 2). É um espaço com um caráter formal muito forte, um espaço democrático e de conflitos por excelência. Um espaço de tensões, onde os indivíduos se comportam de uma forma mais comedida e tendem a expressar ideias que têm maior apelo no coletivo. É nele que os moradores tomam conhecimento dos conflitos e onde muitos deles são solucionados. Esse é o espaço no qual as regras que regem a ocupação são discutidas e decididas, e, portanto, é um espaço caracterizado pela possibilidade constante de autoinstituição do *nómos*. Ou seja, diferentemente da heteronomia, mesmo em sua manifestação como “democracia” representativa (na qual as leis devem ser obedecidas e não discutidas, pois a discussão das leis não é incumbência dos cidadãos “comuns”), na ocupação estudada as normas que compõem o estatuto da ocupação podem ser discutidas e questionadas nas assembleias por qualquer morador e a qualquer momento⁷.

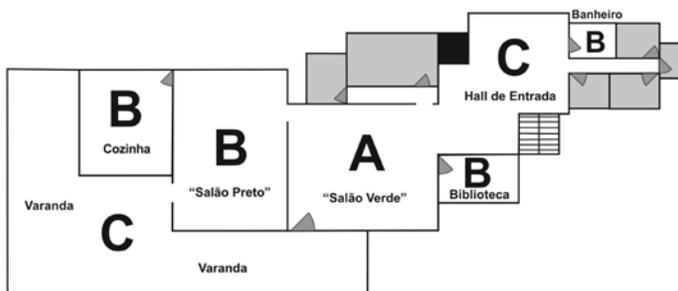
⁷ No presente trabalho, se entende autonomia como termo derivado diretamente do grego, significando a capacidade (tanto da coletividade quanto dos indivíduos) de dar-se suas próprias leis. O principal pensador aqui utilizado para as bases dessa reflexão será o filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis. Heteronomia, por sua vez, é entendida como uma relação oposta à relação de autonomia, ou seja: uma situação em que o *nómos* (normas, regras, convenções e leis que regem uma coletividade) é definido somente ou basicamente por alguns indivíduos (classes ou grupos dirigentes), e não pelo conjunto dos que estarão sujeitos a ele. É uma relação em que se estabelece uma clara distinção entre dirigentes e executores.

Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras

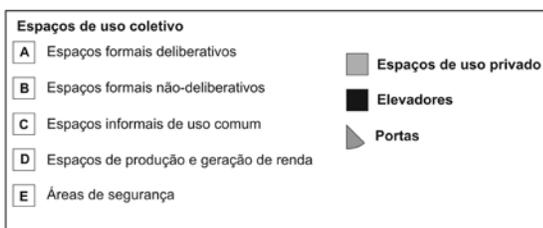
Andar Térreo



Terceiro Andar



0 1,5 3 4,5 6 metros (aprox.)



Elaboração:
Marianna Fernandes Moreira - Mestranda em Geografia (NuPeD/UFRJ)
Matheus da Silveira Grandi - Mestrando em Geografia (NuPeD/UFRJ)
Rafael Gonçalves de Almeida - Mestrando em Geografia (NuPeD/UFRJ)

Figura 1. Croqui da ocupação Quilombo das Guerreiras



Foto: Marcelo Lopes de Souza, 2006

Figura 2. Reunião no principal espaço formal deliberativo da ocupação

Espaços formais não deliberativos – Espaços destinados à biblioteca, festas, celebrações, eventos culturais e de entretenimento como apresentações teatrais, churrascos, bingos etc. (Fig. 3, 4 e 5). São espaços que, antes de tudo, estreitam os laços de amizade e afetividade, onde os conflitos são evitados e onde os moradores priorizam a convivência intersubjetiva e a descontração. Estes são espaços específicos criados propositalmente para amenizar os conflitos coletivos. Logicamente, não há como suprimir todo tipo de conflito, mas eles possuem, nesses espaços, um caráter mais fortemente individual e pessoal, não coletivo. Mesmo que estejam vinculados a questões do coletivo, as discussões se restringem ao plano pessoal. Um fator interessante desses espaços é o fato de terem sido criados conscientemente e de forma reflexiva pelos moradores durante as assembleias com duas finalidades específicas: promover um espaço de encontro que permita que os moradores se conheçam fora dos espaços formais de deliberação e para que haja uma maior tolerância e respeito com a opinião do Outro; e para angariar recursos para solucionar problemas referentes à estrutura do prédio. Assim, o coletivo estimula uma supressão de conflitos, no momento em que se define um objetivo específico para esses espaços: a interação de forma descontraída.



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2008

Figura 3. A biblioteca da ocupação (Biblioteca Gutemberg Gomes Alves)



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2007

Figura 4. Terraço da ocupação durante a festa de comemoração de seu primeiro ano de existência



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2007

Figura 5. Apresentação de peça do grupo teatral infantil “Quilombinho” na festa de comemoração do primeiro ano de existência da ocupação

Espaços informais de uso comum – São os corredores, escadas, varandas e banheiros coletivos. Esses espaços possuem características micropolíticas específicas, como apontam Teixeira e Grandi (2008), pois, apesar de serem espaços “aparentemente neutros”, desempenham um papel político muito importante: nesses espaços ocorrem conversas cotidianas, em que se espalham os boatos, se estabelecem e demandam relações afetivas e se intensificam interações intersubjetivas, inclusive abrigo de discussões informais sobre propostas políticas submetidas às assembleias do coletivo. Os próprios moradores reconhecem o importante papel desses espaços, sendo os *loci* privilegiados do que é chamado de “Rádio Corredor”. “A ‘Rádio Corredor’ é o nome dado, exatamente, a esta tessitura de redes informais de informações (‘focacas’) e boatos gestados no âmbito dos corredores”. (TEIXEIRA e GRANDI, 2008, p. 6)

Espaços de produção e geração de renda – Os espaços de produção (Fig. 6) são de uso restrito, a respeito dos quais o coletivo delibera sobre a utilização por moradores que desejem produzir, montar uma cooperativa e/ou utilizar o espaço com o fim de gerar trabalho e renda. O acesso a esses espaços é contro-

lado pelos trabalhadores das cooperativas, mas está subordinado às decisões do coletivo. Assim, qualquer indivíduo pode reivindicar seu direito de acessar o espaço, o que, no caso, será debatido em Assembleia. Esses espaços possuem características mistas de deliberação e não deliberação. Isto ocorre por neles serem decididos assuntos referentes às cooperativas; entretanto, tais deliberações não são concernentes ao coletivo de moradores. Contudo, apesar de permitir certa liberdade para gerir o espaço de produção, o coletivo é livre para colocar em pauta nas Assembleias e deliberar sobre a utilização indevida de qualquer espaço coletivo. Assim, os grupos de produção apesar de, na prática, terem uma considerável autonomia para deliberar sobre questões que envolvem o espaço sob sua tutela imediata, estão em certo grau submetidos ao coletivo de moradores – que mantém certa influência e a legitimidade para interferir em seus espaços.



Foto: Rafael Gonçalves de Almeida, 2008
Figura 6. Espaço de produção da ocupação

Áreas de segurança – No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, esses são os espaços da portaria (Fig. 7). Mas podem ser compreendidos como todo o perímetro da fronteira entre tais tipos de territórios e o “mundo exterior”. Esses também são espaços de convivência, onde há trocas de

informações e compartilhamentos de diversos tipos. Funcionam, por exemplo, como espaços de articulação para outras atividades do coletivo. Contudo, as áreas de segurança são encaradas por muitos moradores como locais onde se cumpre um “trabalho” para o coletivo com um objetivo claro: zelar pelo prédio e pela segurança dos moradores. Para isso, é necessária uma atenção redobrada, sendo justamente por isso um ambiente bastante tenso. São espaços importantes nas ocupações, uma vez que se configuram em territorializações conflituosas. É imprescindível a vigilância sobre aqueles que entram e saem das ocupações (TEIXEIRA e GRANDI, 2008). Segundo os próprios moradores, são espaços de tensão, onde os conflitos estão voltados ao que está acontecendo do lado de fora. Nas palavras de uma das moradoras mais ativas na ocupação:

A portaria é uma coisa fria. É um trabalho, você tá trabalhando. Primeiro que você não pode beber na portaria. Segundo que você tá na portaria, mas você jamais abandona a tensão de estar na portaria⁸.



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2008

Figura 7. Áreas de segurança – portaria da ocupação

⁸ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

EXPERIMENTO "À MÁO LIVRE": ELEMENTOS DA FEITURA ESPACIAL DA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

As práticas políticas são claramente especializadas e cada um desses espaços contribui para o funcionamento democrático da ocupação. Entretanto, como já foi ressaltado, as fronteiras entre esses espaços não são claras. Certeau (1996, p. 231) afirma que toda fronteira é, também, uma ponte – ela estabelece uma diferença, mas também é um contato e, portanto, possui um papel mediador. O contato e as relações que se estabelecem entre os espaços da ocupação estudada são múltiplos e essa interação condiciona o seu funcionamento político no sentido de agravar, amenizar e buscar superar os conflitos existentes. Assim, todos os espaços da ocupação estão relacionados entre si em maior ou menor grau.

Os espaços formais deliberativos, por serem espaços especialmente conflituosos e onde as decisões são tomadas coletivamente, fazem aflorar questões que remetem a todos os espaços da ocupação. Nesses espaços, há uma maior dificuldade de se criar laços de amizade e afeto (logicamente tais laços não são excluídos desses espaços, mas essa não é uma prioridade estabelecida para os mesmos).

Segundo uma das moradoras,

[a] única forma de se acertar, conviver bem é fazer atividades extrarreuniões, como o bingo aos sábados. Atividades de descontração que proporcionem momentos juntos que não só os de segunda quando todos ficam discutindo, quando aparecem posições contrárias. Conversar e confraternizar é importante, pois são nesses momentos que se conhece realmente as pessoas, suas histórias e suas vidas. Não adianta entender que é melhor resolver as questões no coletivo, pois todos sabem que esta é melhor forma, mas, também, querer este coletivo para si. Esse é o caminho mais difícil⁹.

Portanto, a criação deliberada dos espaços formais não deliberativos demonstra uma tentativa consciente dos moradores de facilitar e suavizar os embates políticos nos espaços formais deliberativos e nos espaços informais de uso comum, pois ao promover um melhor entendimento entre os moradores, conflitos menores (como os de caráter pessoal ou referentes a questões de tensões individuais) passam a ser solucionados nos espaços informais, sem a necessidade de serem levados para as reuniões do coletivo (como ocorre com frequência).

⁹ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

Tanto a intencionalidade na criação quanto a importância dos espaços formais não deliberativos são evidenciados na fala de uma das moradoras durante uma entrevista:

Numa reunião de avaliação, por exemplo: você vai avaliar o companheiro e o morador destaca ele por questões que de repente nem precisaria destacar se tivesse um diálogo fora da reunião. Que não é um destaque propriamente dito, porque ele deixa de fazer uma comissão de trabalho, deixa de tirar portaria ou deixa de pagar finanças. Às vezes é até um destaque pessoal, que poderia ser resolvido fora do coletivo. Com um papo, um bate-papo, uma discussão... Até saber porque existe aquela implicância. Então a reunião provoca esse desgaste. E só se ver na reunião é um desgaste muito grande. E a gente não cria vínculos: se a gente não se vê fora da reunião (...) e acaba não entendendo porque um é assim, outro é assado, porque um tá com raiva, porque um tá falando isso e outro tá falando aquilo. E aí a gente começou a querer gerar esse espaço, um espaço diferente¹⁰.

Essa sensibilidade demonstra a preocupação com o compartilhamento de elementos da vida dos indivíduos que vão além do simples convívio sob as mesmas séries de normas e convenções coletivamente estabelecidas de maneira formal nos espaços deliberativos do coletivo. Dizem respeito a uma dimensão intersubjetiva, uma dimensão que proporciona uma proximidade afetiva entre os moradores que facilita o estabelecimento de relações de tolerância e de esforço de compreensão mútua. Tal preocupação se relaciona diretamente com as reflexões elaboradas pelo filósofo alemão Jürgen Habermas a respeito do agir comunicativo. Para que as ações que têm por pano de fundo uma racionalidade comunicativa (e são, por isso, voltadas para alcançarem um entendimento mútuo entre os interlocutores) tenham a possibilidade de se desenvolver, elas requerem um compartilhamento mínimo de algumas dimensões específicas (não hierarquizadas entre si). É necessário que os interlocutores (a) compartilhem as mesmas normas sociais (a fim de que suas colocações sejam consideradas como corretas de acordo com o que é coletivamente estabelecido como tal); (b) compartilhem a dimensão objetiva a respeito do que se está discutindo (para que o debate gire em torno de algo que é verdadeiro em referência à cognição dos falantes); e (c) compartilhem minimamente suas subjetividades a ponto de estabelecerem relações de confiança recíproca (com o intuito de, no momento do ato de fala, poderem considerar o quão sinceros estão sendo os interlocutores). Essas três dimensões compõem

¹⁰ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

o que Habermas chamará de mundo da vida¹¹, que se divide em (a) social, (b) objetivo e (c) subjetivo.

A preocupação demonstrada pelo coletivo aponta para um estímulo ao compartilhamento de dimensões que geralmente estão aquém da responsabilidade dos espaços formais: a intersubjetividade passa a ser uma preocupação coletiva pela percepção de sua influência direta sobre as atividades da coletividade. E para isso, a espacialidade adquire um papel extremamente relevante: o estabelecimento de espaços destinados a uma interação fundamentalmente distanciada tanto da formalidade das reuniões do coletivo quanto da tensão das áreas de segurança é destacado e priorizado pelo coletivo como prática espacial crucial para sua organização política.

Nos espaços informais de uso comum, como apontam Teixeira e Grandi (2008), os indivíduos testam ideias e opiniões, e procuram agenciar ações. Portanto, esses espaços possuem um papel complementar aos espaços de deliberação, pois as discussões políticas nos espaços informais de uso comum abrem caminho para reivindicações nos espaços formais deliberativos. O contrário, porém, é ainda mais frequente: os assuntos do coletivo (já tratados em assembleia, por exemplo) seguem sendo debatidos fora do espaço da assembleia. Entretanto, é importante que as discussões presentes nos espaços informais de uso comum, principalmente as mais polêmicas, cheguem aos espaços formais deliberativos – combatendo a deslegitimação desses espaços por outros agrupamentos políticos. Similarmente, os espaços informais de uso comum têm o papel de auxiliar na capilarização das deliberações, reflexões e debates coletivos nos interstícios dos demais espaços da ocupação (inclusive privados).

Os espaços de produção na ocupação Quilombo das Guerreiras, diferentemente do caso da ocupação estudada por Teixeira e Grandi (2008), já foram decididos antes da divisão dos espaços de moradia. Para utilizar os espaços de produção o grupo de moradores precisa atender a duas demandas básicas do coletivo: adotar o modelo autogestionário e voltar 10% dos ganhos da cooperativa para o coletivo de moradores que, por sua vez, irá decidir em assembleia onde alocar tais recursos. Essa prática aumenta a capacidade do coletivo de solucionar problemas de naturezas diversas, como na parte elétrica e hidráulica do imóvel, além de permitir a manutenção e reprodução do próprio movi-

¹¹ Habermas (1999b, p. 161 et seq).

mento. Outra característica importante é que estes são espaços que dialogam com o “mundo” exterior à ocupação, uma vez que seus produtos carregam um conteúdo simbólico permitindo que os cooperados influenciem nos modos de representação do espaço da ocupação e contribuam para a sua desestigmatização espacial. Nas palavras de uma das moradoras, “[a] produção não é só para subsistência dos moradores, mas também para divulgar a luta do movimento, contar um pouco da história do movimento e da ocupação”¹².

Além disso, o fato de a ocupação estudada estar localizada no centro da cidade e da criação desses espaços (com a tentativa de estabelecimento do mesmo modelo de [auto]gestão nas relações de trabalho), revela um diferencial estratégico em relação às outras organizações do movimento dos sem-teto, pois associa a luta por moradia à luta por trabalho e renda. Assim, através da constituição de grupos de produção autogeridos, os moradores têm a oportunidade de ampliar seu campo de luta ao não se restringir em apenas à conquista de uma moradia própria e unir forças com outros trabalhadores informais para lutar pelo direito de trabalhar e vender suas mercadorias:

Não é só produzir. Mesmo que conseguindo resolver problemas como água e luz, conseguindo organizar o coletivo para se mobilizar em torno da produção, ainda existirá o problema de escoamento da produção, local para expor e vender a mercadoria. Esse problema, portanto, não é um problema interno, e necessita articular uma luta em relação ao trabalho informal, principalmente a questão do embate entre os vendedores ambulantes e a polícia¹³.

As áreas de segurança são ambientes de tensão constante devido à eminência de conflitos, sobretudo com eventuais proprietários (muitas vezes o próprio aparelho do Estado). Essas áreas, assim como os espaços de produção e geração de renda, interagem com o exterior da ocupação e, no caso das áreas de segurança, os conflitos estão mais voltados para o lado de fora da ocupação, pois são essas as áreas de entrada e saída da ocupação. Além disso, aqueles que estão “tirando portaria” muitas vezes precisam “zelar pela rua”.

Você tá ali tomando conta, tá zelando pelo prédio, tá zelando pelo coletivo. E mais que isso: a gente tá zelando até pela rua, ultimamente. Tem impedido assaltos de acontecerem aqui na frente da ocupação... Se passa alguém apressa-

¹² Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹³ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

do você já acha que tá sendo assaltado. Você tem uma preocupação que é mais extensa, que é além do coletivo¹⁴.

Essas áreas, assim como os espaços formais não deliberativos, permitem o estreitamento de laços afetivos entre os moradores e também possuem a característica de serem espaços de troca de informações – funcionando como espaços de articulação para as outras atividades do coletivo. Mas as trocas e conversas que ocorrem nessas áreas não são, segundo os moradores, suficientes para fazer o papel daqueles espaços.

[A portaria] não deixa de ser um lugar de tensão. Você conversa, mas ao mesmo tempo que você tá conversando, você tá trabalhando, ‘tirando sua hora de portaria’. Mas tá vendo quem entra e quem sai. Porque se entra uma pessoa estranha você já interrompe o assunto, você vai encostar a porta, você vai querer saber quem é, porque tá ali, quem mandou. Então é prazeroso, a nível de estar conversando, dialogando, mas é tenso também... Então eu acho que não é como o bingo. O bingo é mais relaxado¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS COMO UM “TERRITÓRIO DISSIDENTE” ORGANIZADO SEGUNDO PRINCÍPIOS AUTOGESTIONÁRIOS

A ocupação Quilombo das Guerreiras, apesar de sua modesta abrangência, representa uma tentativa de buscar formas de organização política mais convergentes com as características de uma democracia em seu sentido mais forte (entendida como o movimento incessante de autoinstituição de uma sociedade sabendo-se como tal, à maneira definida por Castoriadis [2002, p. 260]). Para isso, a cooperação e o estabelecimento formal da igualdade no processo decisório mostram-se fundamentais para a conquista de uma melhoria na qualidade de vida. Assim, a ocupação estudada pode ser vista como uma experiência que aponta para ganhos de autonomia que, apesar de modestos, podem ter também, de um ponto de vista político-pedagógico, grande importância estratégica – especialmente por servirem para acumular forças e ampliar a consciência de direitos (mesmo no interior de uma sociedade heterônoma). A possibilidade de ganhos de autonomia mesmo no interior de uma sociedade heterônoma já é destacada

¹⁴ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹⁵ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

por Souza (2006). Entretanto, ele ressalta que enquanto não forem ultrapassados os marcos do próprio modelo civilizatório capitalista, os ganhos de autonomia possíveis, ainda que não sejam desprezíveis, serão, necessariamente, muito insuficientes (SOUZA, 2003, p. 177).

Segundo Castoriadis (2002, p. 262), uma sociedade autônoma “só pode se realizar pela autoinstituição e o autogoverno”. Esta situação exige que a contradição fundamental encontrada na sociedade atual – a separação entre dirigentes e dirigidos – deva ser abolida para permitir o “surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (SOUZA, 2003, p. 175).

A liberdade, a autonomia, implica necessariamente a participação ativa e igualitária em todo o poder social que decide sobre os problemas comuns. Mas poder decidir, não é somente poder decidir sobre “questões triviais”, participar na gestão de um estado de coisas considerado como intocável. Autônomo significa aquele que se dá a lei a si mesmo. Leis comuns, “formais” e “informais” – a saber, as instituições. Participar do poder é participar do poder instituinte. É pertencer, em igualdade com os outros, a uma coletividade que se auto-institui explicitamente (CASTORIADIS, 1983, p. 21).

Considerando o espaço como sendo constituído por relações sociais e através delas e, justamente por isto, sendo ele próprio uma expressão e um instrumento através dos quais se dão relações de poder, é de se esperar que um espaço pretensamente autogerido apresente uma dinâmica própria, diferente do espaço “heterogerido”. Nos espaços heterônomos, um conjunto de indivíduos se submete às decisões de uma pequena minoria, seja pela delegação do poder de decisão a representantes (como na democracia representativa), ou através da violência (como no totalitarismo). Castoriadis (2002), ao distinguir as três esferas que compunham a democracia ateniense, afirma que a instituição global da sociedade simultaneamente separa e articula a *oikos* (esfera privada), a *ágora* (esfera privada/pública) e a *ekklesia* (esfera formalmente pública). Diferentes regimes políticos organizam essas esferas de formas distintas. Segundo ele, os regimes totalitários transformam tudo em esfera pública, mas, ao mesmo tempo, essa não é realmente pública e, sim, “propriedade privada do aparelho totalitário que detém e exerce o poder” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Da mesma forma, o espaço político de decisão na democracia representativa não corresponde ao “devir realmente público do domínio público/público” (como entendido no ápice da democracia da Grécia Antiga, onde a *ekklesia*, ou seja, o corpo de cidadãos constituía diretamente a esfera [e o espaço] pública/públi-

ca). Como em outros regimes autocráticos, em uma sociedade organizada de forma heterônoma, esse domínio “é efetivamente mais ou menos privado” (CASTORIADIS, 2004, p. 208). Portanto, os indivíduos que compõem a sociedade dirigida são excluídos dos espaços políticos de decisão. Assim, para Castoriadis essas três esferas só se encontram nitidamente distintas e articuladas nos espaços verdadeiramente democráticos, pois a democracia (entendida no seu sentido forte) é “o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente pública – pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Souza (2006) ressalta, ainda, que a constituição de um “ambiente político-cultural” denso e o revigoramento da vida pública e dos espaços públicos devem passar pela “vivificação” da *ágora* (esfera público/privada), ou seja, “a esfera das interações mais ou menos espontâneas (em contraposição à esfera estritamente privada e em contraste com a administração dos negócios coletivos em sentido próprio)” (SOUZA, 2006a, p. 588).

A constituição de espacialidades autônomas passa, portanto, por um aumento efetivo da participação de seus membros no sentido de uma abertura dos espaços públicos de decisão política, permitindo o exercício da autonomia individual e coletiva para que a sociedade autoinstituída tenha a liberdade de criar novas relações sociais. Note-se, no entanto, que tais relações são tão imprevisíveis quanto suas múltiplas possibilidades de existência. O espaço da autogestão permite a heterogeneidade, a multiplicidade e a constante transformação da sociedade. Um espaço no qual o corpo social se envolve ativamente com o processo político, pois é ele que o gere. Assim, é um espaço que intensifica as interações e acelera mudanças, onde indivíduos se agenciam livremente. Um espaço onde a criação também está em destaque, para além da mera reprodução irrefletida. Enfim, é um espaço que precisa se articular em diferentes escalas, e busca fazer isso de maneira horizontal, esforçando-se em impedir coerções e imposições de grupos numericamente minoritários e, ao mesmo tempo, assegurando a liberdade individual. Nesse sentido, o estudo da espacialidade de experiências de autogestão (ainda que permaneçam no emaranhado de uma sociedade heterônoma) consiste em uma importante tarefa, uma vez que “conquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem das novas relações em uma espacialidade que a estimule e agasalhe” (SOUZA, 2006a, p. 112).

Entretanto, vale ressaltar que a autogestão não significa combater o poder ou mesmo eliminá-lo, mas de construir formas de poder que são compatíveis

com os valores democráticos. A filósofa alemã Hannah Arendt (1985) traz importantes contribuições para a reflexão que acaba abordando o poder não como algo eminentemente negativo. Para a autora, o poder é necessariamente relacional, estabelecido entre indivíduos em interação (não podendo ser “possuído” por alguém ou algo), e se caracteriza por ser a capacidade humana de agir em uníssono (ARENDR, 1985, p. 27). Souza (2006), por sua vez, valendo-se de Castoriadis, afirma que o poder pode ser autônomo:

Uma coletividade, ao acordar livremente, com igualdade de condições no processo decisório, regras no tocante à organização de um espaço, definindo, inclusive, possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder e configurando-o como um conjunto de normas. O fato de essas normas poderem ser discutidas e rediscutidas a qualquer momento, podendo ser mudadas em vez de serem vistas como inquestionáveis ou convertidas em tabus, indica que se está diante de um poder não-heterônomo, e não que se está diante da ausência de poder (SOUZA, 2006a, p. 334).

Além disso, para que uma sociedade autoinstituída se constitua, é importante que haja indivíduos capazes de estabelecer e manter relações sociais democráticas (no sentido forte do termo). Segundo Castoriadis:

Uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos – e tais indivíduos só podem existir plenamente em uma sociedade autônoma. O que cada uma faz tanto no que tange à coletividade, quanto no que tange a si mesmo, depende, em última instância, de sua fabricação social como indivíduo. [...] Para que o indivíduo possa pensar “livremente”, mesmo em seu foro íntimo, é preciso que a sociedade o instrua e o eduque, fabrique-o como indivíduo que possa pensar livremente. [...] Isto exige, antes de mais nada, a criação, a instituição de um espaço público de pensamento aberto à interrogação; o que exclui imediatamente, com toda certeza, o estabelecimento da lei – da instituição – como imutável. [...] Ao mesmo tempo e correlativamente, isto implica uma educação no sentido mais profundo, uma *padéia* que forme indivíduos com a possibilidade efetiva de pensar a si mesmos” (CASTORIADIS, 1983, p. 22-23).

Assim, retornando à ocupação Quilombo das Guerreiras, é importante notar que muitos dos moradores vieram de áreas onde a repressão dos traficantes de drogas que operam no varejo, de milícias e da polícia era (e, na maioria dos casos, segue sendo) bastante severa. Ao serem expostos às mais variadas formas de opressão e coerção, eram indivíduos inseridos em um contexto onde as margens de manobra para uma autodeterminação eram bastante reduzidas (ainda mais reduzidas do que as encontradas no que se acostuma chamar de “cidade legal”), rebaixando ainda mais o reduzido grau de democracia encontrado sob o binômio capitalismo + “democracia” representativa (cf. CASTORIADIS, 2004; SOUZA, 2006).

Na ocupação estudada, a prática política, porém, é bastante diferente. A gestão da ocupação estudada ocorre a partir de uma estrutura formal fortemente horizontalizada (ou seja, com reduzidíssimos traços de hierarquia), na qual os espaços deliberativos são abertos a participação de todos os moradores. Portanto, o morador sai de um espaço onde ele é um figurante, um ator passivo do cenário político local, para um espaço onde a forma de organização política passa a impelir uma postura ativa, de coautoria nas decisões políticas. Sua posição na hierarquia social local se modifica. Essa nova posição o estimula a estabelecer contatos diferenciados com companheiros e companheiras da ocupação (e do movimento social dos sem-teto, no qual passa a se inserir) e a intensificar trocas intersubjetivas por conta de toda a gama de compartilhamentos no qual se envolve. Dessa maneira, através das discussões do coletivo ocorre também um processo pedagógico de formação política que incentiva a autodeterminação através da troca de informações e argumentos. Ou seja, um processo político democrático no sentido forte que contribui para a formação de um indivíduo político, uma vez que se vê requisitado a participar da resolução dos conflitos e das deliberações do coletivo – ainda que esse processo não seja completamente “consciente”.

É isso que permitirá que o ato da ocupação de um imóvel ocioso não se esgote em si mesmo e que um terreno ou um prédio ocupado, tornado um território de práticas alternativas, um ‘território dissidente’, seja, igualmente, uma ‘escola’ de duradoura formação de sujeitos políticos questionadores, realimentando o movimento social mais amplo (SOUZA, 2006a, p. 289-90).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor, 1987.
- ARENDDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: Os domínios do Homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. V. 2.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: A ascensão da insignificância*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. V. 4.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 6.
- _____. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996. V. 1.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora Garamond, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social*. 4. ed. Madrid: Taurus, 1999a. V. 1.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: Crítica de la razón funcionalista*. 4. ed. Madrid: Taurus, 1999b. V. 2.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as “critical urban planning” agents*. *City*, v. 10, p. 327-342, 2006b.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; GRANDI, Matheus da Silveira. *O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agir-comunicativo_e_espacialidade.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2008.

Recebido em: 02/02/2009

Aceito em: 12/03/2009